

FONTE : JB

CLASS. : _____

DATA : 01 04 88

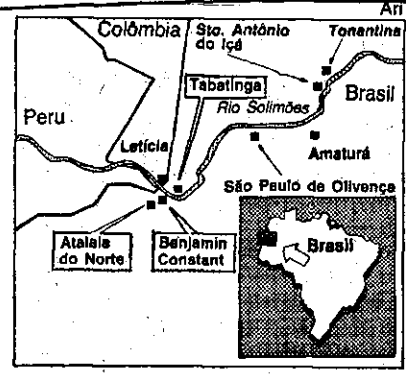
PG. : 4

Assassinato de índios pode dar em intervenção militar

BRASÍLIA — O Comando Militar da Amazônia está de prontidão e poderá intervir a qualquer momento, se necessário, na região de Benjamin Constant, no Alto Solimões (Amazonas), onde segunda-feira quatro índios ticunas foram mortos, 25 ficaram feridos e 10 continuam desaparecidos (provavelmente também mortos, como admite a Polícia Federal), após choque com fazendeiros muito bem armados. A informação foi dada pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), Romeu Tuma, que, devido à gravidade do problema, deslocou-se às pressas para Manaus, onde esteve reunido ontem com o comandante militar da Amazônia, general Mário Orlando Ribeiro Sampaio.

“O presidente Sarney determinou imediata apuração dos fatos, com o encaminhamento dos envolvidos à Justiça, e quer que novos conflitos dessa natureza sejam evitados a todo custo. É o que vamos fazer”, informou o diretor-geral do DPF.

A situação na área permanece tensa. Segundo Tuma, em contato com o delegado titular da Polícia Federal em Tabatinga (com jurisdição sobre a área), Ari Marinho, as lideranças indígenas deixaram claro que só a punição dos culpados impedirá a busca de vingança. Oito dos 18 envolvidos no massacre foram indiciados ontem no inquérito instaurado pela Polícia Fed-



ral, inclusive o madeireiro Oscar Castelo Branco, apontando pelo DPF como principal responsável pela chacina de homens, mulheres e crianças ticunas desarmados.

Castelo Branco mora no Igarapé Capacete, nos limites da área indígena São Leopoldo, demarcada através de decreto presidencial em abril de 86. Os índios o acusam de retirar ilegalmente madeira de suas terras. O delegado Marinho, que preside o inquérito, vai pedir à Justiça, nas próximas horas, a prisão preventiva dos indiciados, que escaparam ao flagrante devido à dificuldade de acesso à área do conflito pelas autoridades policiais. Castelo Branco, segundo a Polícia Federal, já está preso.

A Polícia Federal iniciou uma operação de desarmamento na região, já tendo

apreendido mais de 20 armas de diversos calibres. Segundo Tuma, se necessário, o contingente de Polícia Federal na área, de 40 homens, poderá ser reforçado com o envio de agentes de Manaus.

Na próxima segunda-feira, uma comissão mista formada pelo comandante do batalhão do Exército em Tabatinga, coronel Seixas, o delegado Ari Marinho e o administrador-regional da Funai, Pedro de Paula Ramos, dirige-se às aldeias indígenas para contatos com os principais líderes. O objetivo, segundo Tuma, é mostrar aos ticunas que as autoridades estão agindo e que os responsáveis pelo crime não ficarão impunes.

Também na segunda-feira, o sub-procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, recebe os líderes ticunas em Brasília. Eles deverão reforçar o pedido de apuração de responsabilidades e a participação no caso do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), vinculado ao Ministério da Justiça.

“Vamos designar um procurador da República especialmente para acompanhamento do inquérito da Polícia Federal. Apesar de termos apenas dois procuradores em todo o Estado do Amazonas, a gravidade do fato pede que o Ministério Público esteja presente, como aliás deve estar sempre que a sociedade seja agredida, como nesse caso”, anunciou Fontelles.

‘Lá vai bala’. Assim começou o massacre

O índio Santos Cruz Mariano Clemente, um dos ticunas sobreviventes do choque armado com fazendeiros na segunda-feira, no Alto Solimões, Amazonas, disse que mais de 120 indígenas (80 homens e os demais mulheres e crianças) estavam reunidos para um trabalho comunitário na casa de seu Flores — um ticuna que mora próximo ao Igarapé Capacete — quando chegou um grupo de 20 brancos armados.

“Era meio-dia e estávamos preparando o açaí (fruta típica da região), assando banana e macaxeira (aipim). A única coisa que eles disseram antes de começar a atirar foi ‘Lá vai bala’”, contou Santos pelo telefone de Benjamin Constant, sede do município onde ocorreu o conflito. Santos, que foi ferido de raspão num braço, disse que o tiroteio, comandado pelo madeireiro Oscar Castelo Branco, durou três horas.

Os índios que estavam perto da casa de seu Flores procuraram se refugiar nela. Outros correram para

as canoas ou para o mato. “Foi uma gritaria bem grande. Morreu mais quem se atirou na canoa”, disse Santos, cujo nome indígena é Eúratü. Depois que os tiros pararam, os sobreviventes começaram a procurar os corpos. O pessoal da Funai e da Polícia Federal só chegou ao local 24 horas após o ataque.

Santos disse que 11 índios morreram, entre eles, duas crianças, sete continuam desaparecidos e 21 feridos estão no Hospital de Tabatinga, cidade situada a 20 minutos de barco de Benjamin Constant. O índio negou que os ticunas tenham ameaçado a família de Oscar Castelo Branco ou que pretendessem atacar a fazenda, como disseram autoridades locais. “É tudo mentira. Eles se dizem civilizados, mas não têm a menor civilização”, afirmou. Santos disse que os ticunas agora esperam que as autoridades tomem providências e que façam justiça.

Os ticunas, segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, do Museu Nacional, são a maior população indígena do Brasil, com 20 mil índios espalhados por seis municípios do Amazonas: Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Amaturá e Tonantins. Existem cerca de 70 aldeias na área, distribuídas ao longo de 300

quilômetros do rio Solimões. Os ticunas não são aculturados, garante o antropólogo. Eles preservam a sua língua (apenas uns 10 índios dos 20 mil, afirma João de Oliveira, só falam português), seus rituais e a cultura ticuna.

Em 15 de abril de 1986 a Funai decretou como áreas indígenas São Leopoldo (o Igarapé Capacete, onde ocorreu o ataque, fica próximo a essa área), Feijoal, Santo Antônio e Bom Intento, todos localizados no município de Benjamin Constant. As áreas foram demarcadas em 1987 e este ano a Funai iniciou o processo de regularização fundiária, isto é, a retirada dos posseiros, o pagamento das indenizações e o assentamento dessas famílias em outras áreas. A Funai anunciou pelo rádio que a comissão encarregada de fazer o pagamento começaria seu trabalho na terça-feira passada. Na véspera, houve o ataque aos índios.

Um profissional liberal ligado a uma instituição federal disse que o madeireiro Oscar Castelo Branco, irmão do prefeito de Atalaia do Norte, é pessoa conhecida na região por suas ligações com o tráfico de entorpecentes. Há rumores na região de que a Polícia Federal teria encontrado plantações de coca — de onde se faz a cocaína — no Igarapé do Capacete.